

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: OESP (Cidades)
 Data: 17/4/2001 Pg. C1, 2
 Class.: UC/PPA 168

Sebastião Moreira/AE



Morte na rodovia

Bombeiro foi assassinado no meio do trânsito, a 3 quilômetros do pedágio de Santos. Pág. 4

O ESTADO DE S. PAULO

Cidades

DESTAQUE O
 CADERNO DE
Esportes

TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2001

C1

Milton Michida/AE - 15/4/2001

Lentidão e perigo

No feriado, houve 40 mortes nas estradas que cortam o Estado de SP. Pág. 5



Câmara vota hoje criação de área ambiental

Sergio Castro/AE

Ocupação intensa representa ameaça a Capivari-Monos

Região tem três reservas indígenas; maior risco é loteamento ilegal

Pelo menos 60 mil pessoas moram na região do Capivari-Monos, divididas em comunidades urbanas, rurais e nas três reservas indígenas guarani (Krucutu, Morro da Saudade e Rio Branco).

A maior ameaça ao local vem da expansão dos loteamentos ilegais. Entre 1991 e 1996, o crescimento populacional na área de mananciais atingiu 4,6% ao ano, enquanto a taxa média do município foi de 0,4%.

Barrar a expansão urbana é apontado por fiscais e ambientalistas como uma necessidade urgente. "Entre 1980 e 1994, 8% das matas da região foram devastadas em consequência dos loteamentos clandestinos", alerta Maria Lúcia Bellenzani, coordenadora

do projeto de criação da área de proteção.

A fiscalização é dividida entre os governos estadual e municipal, mas ambos são incapazes de frear as constantes agressões ambientais na região. Para cobrir uma área de 900 quilômetros quadrados que incluem, além do Capivari-Monos, as bacias da Guarapiranga e da Billings, o Departamento de Uso do Solo Metropolitano, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente conta com seis fiscais.

**FISCAIS
 NÃO EVITAM
 DEVASTAÇÃO
 DA MATA**

O diretor de serviços de fiscalização do departamento para a região, Geraldo Gilson de Camargo, calcula que 70% das construções na área são ilegais.

"As pessoas fazem as casas, depois ampliam, chamam parentes, vizinhos, e vão ocupando e transformando a região".

Outra fonte de problemas vem da coleta ilegal de plantas, como bromélias, orquídeas, samambaias e palmito, além da caça. (J.G.N.)



Capivari-Monos: acordo pode salvar área na zona sul de SP

Reserva, de 261 quilômetros quadrados, corresponde a um sexto do Município

JOSÉ GONÇALVES NETO

A cidade de São Paulo está prestes a ter sua primeira Área de Proteção Ambiental (APA). Depois de dois anos e meio de sua apresentação, o projeto de lei 412/98 – que transforma a região do Capivari-Monos, em Parelheiros, zona sul, numa APA do Município – será votado hoje em sessão extraordinária na Câmara. Para ser aprovado, são precisos 28 votos.

Localizada no extremo sul da cidade, a 55 quilômetros do centro, a região de Capivari-Monos tem 261 quilômetros quadrados de área, o que corresponde a 1/6 do Município. Em pelo menos 70% desse território há cobertura de florestas e campos naturais. Desse total, 30 quilômetros quadrados são formados por vegetação primária – últimos remanescentes da mata atlântica.

A APA vai incluir uma importante área de mananciais, compreendida pelas bacias dos Rios Capivari e Monos. Com a mudança para APA, a região

seria classificada como Unidade de Uso Sustentável.

Ao contrário do que ocorre nos parques, o uso econômico dos recursos naturais não será proibido e nem haverá desapropriações, apenas uma maior disciplina e vigilância sobre o uso dos recursos da região. "Com a APA, serão criadas regras que protejam a natureza e estimulem o uso sustentável dos recursos pelos moradores da região", explica Maria Lúcia Bellenzani, coordenadora do Projeto Capivari-Monos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Para ambientalistas, a medida significa um avanço na gestão ambiental por parte do poder público. "A medida é fundamental para criar uma cultura de proteção ambiental e a região é uma importante opção no fornecimento de água", afirma Mário Mantovani, do SOS Mata Atlântica.

Já para Dêlcio Rodrigues, do Greenpeace, é importante que a medida seja acompanhada de ações do Município com o objetivo de garantir benefícios à comunidade local. "A criação da APA deve também facilitar a vida das pessoas que moram na região", conclui Rodrigues.

**MEDIDA
 AJUDARÁ A
 PROTEGER
 NASCENTES**

■ Mais informações na pág. 2

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: OSP (Cidades)
 Data: 17/4/2001 Pg. 1,2
 Class.: UC/PPA 168

Região é estratégica na questão da água

Rio Capivari é o único que não apresenta qualquer tipo de contaminação

JOSÉ GONÇALVES NETO

O abandono do poder público e um contínuo e silencioso processo de ocupação e desmatamento podem acabar em pouco tempo com a maior e mais importante área verde da capital, a várzea dos Rios Capivari e Monos, em Parelheiros, zona sul. A região tem valor estratégico no fornecimento de água na cidade. Especialistas alertam que o impacto de sua destruição seria sentido até no clima, pelo fato de ela servir de barreira à entrada de frentes de umidade vindas do oceano pela Serra do Mar.

A região incluída na Área de Proteção Ambiental (APA) cuja criação pode ser aprovada hoje pela Câmara abrange toda a bacia hidrográfica do Capivari-Monos e trechos das bacias da Guarapiranga e da Billings.

O crescimento da ocupação urbana tem ameaçado, com a devastação da mata e o despejo clandestino de esgoto, as importantes reservas de água dos mananciais, além da flora e a fauna locais. Vivem ali diversas espécies ameaçadas de extinção — como pequenos pássaros, pavões-do-mato, arapongas, lontras, antas, mãos-peladas, quatis, macacos e até onças.

Dotada de várias cachoeiras e nascentes, a bacia conta com altos índices de chuva e tem no Capivari o único rio considerado livre de qualquer tipo de contaminação na capital. Ele hoje abastece o Reservatório Guarapiranga a uma vazão de 1 me-



Vegetação cobre área que pode se transformar na 1.ª reserva ambiental da cidade; ao fundo, o Parque Estadual da Serra do Mar

tro cúbico por segundo, mas seu potencial é cinco vezes maior.

O outro rio da região, o Monos, já se encontra em processo de degradação, como efeito do esgoto doméstico lançado irregularmente em seu leito, principalmente nos loteamentos do bairro da Barra-

**HÁ ANTAS,
 LONTRAS E
 ATÉ ONÇAS
 NO LOCAL**

gem. A coordenadora do Projeto Capivari-Monos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio

Ambiente, Maria Lúcia Bellenzani, citou entre as atividades que podem ser estimuladas com a criação da APA agricultura orgânica, floricultura, piscicultura, reflorestamento comercial e ecoturismo. Mas, para que isso ocorra, é necessário criar um estrutura que garanta apoio a pequenos empreendedores, com maior segurança contra assaltos, cursos sobre empreendimentos ecologicamente corretos e educação ambiental.

Isso poderia ajudar a reverter um pouco o grau de miséria da população local. "Faltam oportunidades de emprego, o analfabetismo é alto e os indicadores socioeconô-

micos são os piores da cidade, contribuindo para os mais altos índices de mortalidade infantil", diz a técnica. Para ela, a mudança vai trazer benefícios econômicos reais para a população local.

Esperança — Líderes comunitários, como Vanda Maria da Silva, de 41 anos, da Associação de Moradores da Barragem, e Maria Lúcia Cirillo, 44, de Engenheiro Marsilac, têm a mesma expectativa. Ambas fazem trabalho voluntário em programas de alfabetização.

Vanda está organizando um programa com o objetivo de atrair grupos de estudantes pa-

ra passeios ecológicos. "Com a criação dessa área de proteção, o próximo passo é incentivar as pessoas a conhecerem a região."

Maria Lúcia espera que a criação da APA vá "integrar o local ao resto da cidade". "Temos pouca infra-estrutura e esse lugar está esquecido, sem saúde, emprego e segurança."

Mas, enquanto isso não ocorre, pairam ameaças em diversas frentes. A expansão dos lo-

teamentos clandestinos, a caça e o extrativismo ilegal de palmito e plantas raras, como bromélias, além da retirada de terra orgânica destroem o delicado equilíbrio do ecossistema local.

Flagrante — São frequentes as denúncias da retirada ilegal de terra vegetal, ou terra preta, na cabeceira do Monos. A reportagem do Estado flagrou a prática há uma semana, quando acompanhava uma equipe de fiscalização do Departamento de Uso do Solo Metropolitano (Dusm), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Pelo menos duas vezes por semana, caminhões vão ao local, no Jardim Santo Antônio, na Barragem, comprar o material para vender em floriculturas e casas de material para jardinagem.

A remoção é considerada crime ambiental. Ela reduz a área de filtragem das águas da nascente e aumenta a de alagamento, provocando inundações e reduzindo a vazão.

No fim da tarde, os desempregados Jonas Marcelino da Silva, de 26 anos, e Reinaldo Jesus de Oliveira, de 18, retiravam o material em carrinhos de obra. Flagrados pelos fiscais, disseram que cada carrinho rende, em média, R\$ 1,00. Afirmaram que ganham R\$ 40,00 com o caminhão cheio e recebem, após muito esforço, um salário mínimo por mês com o negócio.

**RETIRADA
 ILEGAL DE
 TERRA É
 FREQUENTE**

O grosso do lucro fica com o atravessador. Um carrinho pode render até cinco saquinhos, vendidos a R\$ 5,00 nas lojas. "Era pescador na Billings, e como lá não dá mais peixe, só tenho essa opção para alimentar minha família", disse Silva, pai de um menino de 5 anos.